

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.254.108 - SP (2018/0042532-1)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA
ADVOGADOS : CELSO DE FARIA MONTEIRO - SP138436
KAREN CRISTINA RUIVO - SP199660
ALINE ANICE DE FREITAS - SP222792
RUBIAMARA SANTOS DE MATOS - SP326963
NADÍ• LY PERANDIN GONÇALVES E OUTRO(S) - SP386717
AGRAVADO : B V G (MENOR)
AGRAVADO : A J DE S G - POR SI E REPRESENTANDO
AGRAVADO : M A L V G - POR SI E REPRESENTANDO
ADVOGADOS : RITA DE CÁSSIA PARREIRA JORGE - SP171820
ANTÔNIO JULIANO BRUNELLI MENDES E OUTRO(S) - SP178838

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL DE 2015. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ALEGADA AFRONTA AO ART. 1.022, INCISO II, CPC/2015. NÃO DEMONSTRADA. APELAÇÃO CÍVEL. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. REGRA NÃO AUTOMÁTICA. VERACIDADE DA VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES AUTORAIS. ENTENDIMENTO DIVERSO. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICA. INADMISSIBILIDADE. APLICAÇÃO DO ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CONHECIDO. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. JUROS MORATÓRIOS CONTADOS A PARTIR DA CITAÇÃO. REDUÇÃO DO VALOR INDENIZATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto pela FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA em face de decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, manejado contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 594, e-STJ):

Ação ajuizada por consumidores contra montadora automobilística, constando que veículo Ecosport, seminovo, pegou fogo, sem motivo aparente. Ouvidas testemunhas, não

Superior Tribunal de Justiça

foi possível a realização de prova pericial, por alienação do salvado pela Seguradora, após encerramento do sinistro. R. sentença de parcial procedência, com apelo só da empresa requerida. Pareceres ministeriais, sendo o da Douta PGJ desfavorável aos acionantes. Plenamente aplicável o CDC ao caso, com inafastável inversão do ônus probatório.

Inegável hipossuficiência técnica dos demandantes, o que leva ao entendimento que cabia à ré esforçar-se para que o veículo fosse periciado, a fim de afastar a alegação de defeito de fabricação, o que não ocorreu. Decisão monocrática que fica mantida, por seus próprios fundamentos, sem olvidar do art. 252 do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça. Desprovemento.

Nas razões do recurso especial (fls. 630-672, e-STJ), a recorrente alegou, além da existência de dissídio jurisprudencial, violação dos seguintes dispositivos normativos: arts. 6º, inciso VII, e 12 do CDC; art. 535, inciso II, do CPC/1973, correspondente ao atual art. 1.022, inciso II, do CPC/2015; arts. 7º, 139, 373, parágrafo 2º, do CPC/2015, este último correspondente ao art. 333, inciso II, do CPC/1973; arts. 186, 405, 884, 927 e 944, *caput*, do CC; e art. 5º da Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro, sustentando, em síntese: a) existência de omissão no acórdão recorrido; b) que demonstrou a inexistência do suposto vício de fabricação no produto, diversamente do alegado na inicial; c) ausência de verossimilhança para a inversão do ônus da prova no tocante ao direito alegado; d) equívoco quanto à distribuição do ônus da prova; e) necessidade de tratamento igualitário às partes; f) ausência de prova do vício de fabricação (inexistência de ato ilícito), a afastar a condenação em danos morais; g) a condenação imposta deixou de atender ao fim social previsto no ordenamento; h) fixação excessiva do valor da indenização; e i) o termo inicial dos juros de mora deve ser contado a partir do arbitramento.

Contrarrazões apresentadas às fls. 701-705, e-STJ.

Sobreveio juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem (fls. 720-723, e-STJ), motivo pelo qual foi interposto o agravo em recurso especial às fls. 726-751, e-STJ).

Superior Tribunal de Justiça

É o breve relatório.

Passo a decidir.

Primeiramente, esclareço que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo Nº 3/STJ.

Não prospera a alegada ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, tendo em vista que o acórdão recorrido, embora não tenha examinado individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte, adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia.

Sobre o ponto, conforme a jurisprudência desta Corte, estando devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação ao referido dispositivo da legislação processual.

A propósito, o julgado a seguir:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESCISÃO CONTRATUAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489 E 1022 DO CPC/15. INOCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

- 1. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC/15, rejeitam-se os embargos de declaração.*
- 2. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC/15.*
- 3. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a oposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.*
- 4. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.*
- 5. Agravo interno não provido (AgInt no AREsp 1157866/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/03/2018, DJe 15/03/2018).*

Por outro lado, quanto à inversão do ônus da prova, o entendimento desta

Superior Tribunal de Justiça

Corte é no sentido de que aferir se está presente ou não o requisito da verossimilhança das alegações do consumidor e de sua hipossuficiência, necessário para a inversão dos ônus da prova, esbarra no óbice da Súmula 7/STJ, visto que tais pressupostos estão essencialmente ligados ao conjunto fático-probatório carreado ao presente feito.

Sobre o tema, o julgado a seguir:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. ENTENDIMENTO ESTADUAL NO SENTIDO DA AUSÊNCIA DE REQUISITOS ENSEJADORES DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. CONCLUSÃO FUNDADA NA APRECIÇÃO FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte firmou o entendimento de que a inversão do ônus da prova fica a critério do juiz, conforme apreciação dos aspectos de verossimilhança da alegação do consumidor e de sua hipossuficiência, conceitos intrinsecamente ligados ao conjunto fático-probatório dos autos delineado nas instâncias ordinárias, cujo reexame é vedado em especial, em função da aplicação da Súmula 7 do STJ.

2. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 1196902/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/03/2018, DJe 04/04/2018).

No tocante ao mérito da causa, o Tribunal de origem, ao inverter o ônus da prova em razão do reconhecimento da verossimilhança das alegações autorais, bem como em virtude da dificuldade de produção da prova por parte do autor da ação, impôs a empresa requerida o ônus de comprovar que o incêndio no automóvel retratado nos autos não foi causado por defeito de fabricação, de modo que, ao não se desincumbir de tal ônus, assumiu o risco de responsabilizar-se pelos danos sofridos pelo consumidor.

Nesse sentido, para modificar as premissas firmadas pela Corte de origem relacionada à verossimilhança das alegações autorais, a fim de excluir a responsabilidade civil imputada a empresa recorrente, faz-se necessário o revolvimento de matéria fática trazida aos autos, o que é inadmissível em face do óbice da Súmula 7/STJ.

Superior Tribunal de Justiça

No que se refere ao dissídio jurisprudencial, ressalta-se que o teor da Súmula 7 deste Superior Tribunal de Justiça obsta a admissão do Recurso Especial tanto pela alínea "a" quanto pela "c" do permissivo constitucional.

A propósito, a jurisprudência desta Corte Superior:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. POSSIBILIDADE. ALTERAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA ALIMENTADA. REVISÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73. INEXISTÊNCIA. REEXAME DOS ELEMENTOS FÁTICOS ACOLHIDOS PELO TRIBUNAL LOCAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO. (...)

2. A eg. Corte Estadual entendeu por exonerar o pagamento de alimentos com esteio nos elementos de prova constantes dos autos, enfatizando a observância do binômio necessidade/possibilidade, notadamente a alteração da situação financeira da alimentada. Nesse contexto, a alteração desse entendimento, tal como pretendida, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ.

3. A incidência da Súmula 7 do STJ é óbice também para a análise do dissídio jurisprudencial, o que impede o conhecimento do recurso pela alínea c do permissivo constitucional. Precedentes.

4. Agravo interno não provido. (AgInt no AgInt no REsp 1552347/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 06/04/2017, DJe 28/04/2017 ,g.n.) QUARTA TURMA, julgado em 06/04/2017, DJe 28/04/2017 ,g.n.)

AGRAVO REGIMENTAL NO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. CONCURSO ESPECIAL. PREFERÊNCIA. PENHORA. SUB-ROGAÇÃO. EXISTÊNCIA. INVERSÃO DO JULGADO. SÚMULA 7/STJ. ALÍNEA C. APLICABILIDADE. AGRAVO IMPROVIDO.

1. (...)

2. Segundo a pacífica orientação jurisprudencial desta Corte Superior, o óbice da Súmula 7/STJ impede o conhecimento do recurso especial por ambas as alíneas do permissivo constitucional.

3. Agravo a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 539292/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/03/2015, DJe 16/03/2015)

Superior Tribunal de Justiça

Por outro lado, o termo inicial dos juros de mora na condenação por danos morais deve ser partir da citação, tendo em vista que a hipótese em relevo diz respeito à responsabilidade contratual, razão pela qual o entendimento firmado na origem deve ser mantido quanto ao ponto.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. LINHA TELEFÔNICA. CANCELAMENTO INDEVIDO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. INSURGÊNCIA EM RELAÇÃO AO VALOR FIXADO. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. QUANTUM INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL. REVER O JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. JUROS DE MORA. DATA DA CITAÇÃO. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. O Tribunal de origem concluiu pela configuração dos danos morais em virtude de bloqueio de linha telefônica, de modo que a alteração do julgado demandaria nova incursão acerca dos fatos e provas contidos no processo, o que esbarraria no óbice da Súmula n. 7 do STJ.

2. Em relação ao quantum indenizatório, a jurisprudência desta Corte Superior tem firmado entendimento no sentido de que o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias somente deve ser revisto nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou excessiva, em desacordo com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não ocorre no caso dos autos. No caso, as instâncias ordinárias levaram em consideração as particularidades do caso em que foram sopesadas a situação socioeconômica do ofensor, e a avaliação da repercussão do evento danoso, para a fixar a quantia indenizatória em R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), de modo que sua revisão demandaria, inevitavelmente, o reexame de matéria fático-probatória, o que também é vedado pela Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça.

3. O acórdão impugnado encontra-se em consonância com a jurisprudência do STJ, a qual possui orientação no sentido de que, nas hipóteses de indenização por danos morais decorrentes de obrigação contratual, os juros de mora são devidos a partir da citação. Incidência, no ponto, da Súmula 83/STJ.

4. Fixados os honorários recursais no primeiro ato decisório,

Superior Tribunal de Justiça

não cabe novo arbitramento nas demais decisões que derivarem de recursos subsequentes, apenas consectários do principal, tais como agravo interno e embargos de declaração.

5. Agravo interno improvido (AgInt no AREsp 1416753/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/04/2019, DJe 10/04/2019).

Também é pacífico que, em sede de recurso especial, a revisão da indenização por dano moral apenas é possível quando o *quantum* arbitrado nas instâncias originárias se revelar irrisório ou exorbitante.

Na hipótese em relevo, a condenação em R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada uma das recorridas encontra-se em consonância com os parâmetros utilizados na jurisprudência desta Corte, de maneira que a sua revisão encontra óbice no teor da Súmula 7 do STJ.

A propósito:

RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. MILITAR. REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORATIVA. DANOS MORAIS E MATERIAIS. PENSIONAMENTO CIVIL. CULPA E NEXO CAUSAL. REVISÃO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. FIXAÇÃO DO PERCENTUAL. ÚLTIMO SOLDO NA ATIVA. PRINCÍPIO DA REPARAÇÃO INTEGRAL DO DANO. PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO. LEGITIMIDADE PASSIVA. LIQUIDAÇÃO POR ARTIGOS. DANO MORAL. INEXISTÊNCIA DE EXCESSO.

(...)

3. A presumida capacidade laborativa da vítima para outras atividades, diversas daquela exercida no momento do acidente, não exclui por si só o pensionamento civil, observado o princípio da reparação integral do dano.

4. O soldo foi adotado como parâmetro para o cálculo da pensão civil. Sua fixação no percentual de 100% (cem por cento) encontra amparo no princípio da reparação integral do dano, sendo incabível a pretensão de incidirem descontos em virtude do afastamento da atividade militar, determinado pelo acidente causado pelo preposto da própria recorrente.

5. O proprietário responde direta e objetivamente pelos atos culposos de quem conduzia o veículo e provocou o acidente, independentemente de ser seu preposto ou não, podendo a seguradora denunciada responder solidariamente, nos limites contratados na apólice. Precedentes.

6. Se as partes, no curso do processo de conhecimento, não

Superior Tribunal de Justiça

logram demonstrar a extensão de todo o dano causado à vítima, o ordenamento jurídico pátrio permite que se prove fato novo na liquidação por artigos, desde que não se promova indevida alteração do julgado, nos termos dos arts. 475-E e 475-G do Código de Processo Civil.

7. A indenização por dano moral fixada pelo acórdão recorrido no valor de R\$ 30.600,00 (trinta mil e seiscientos reais) não se apresenta abusiva ou excessiva, de modo a justificar a intervenção do Superior Tribunal de Justiça. Incidência, no caso, do óbice da Súmula nº 7/STJ.

8. Recurso especial não provido. (REsp 1344962/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/08/2015, DJe 02/09/2015)

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator